



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) E DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) NA DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS E DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS – CPI FUNAI

REQUERIMENTO Nº , DE 2016

(Do Sr. VALDIR COLATTO)

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de REQUISICÃO, ao Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, da remessa de Inquérito Policial e de informações conforme especifica.

Senhor Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (§ 3º do art. 58 da CF/88), legais (art. 2º da Lei 1.579/52) e regimentais (art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados), requeiro que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito pedido de REQUISICÃO, ao Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, da remessa do Inquérito Policial objeto da reportagem anexa, na qual foi noticiada a deflagração da operação Coite Kaiowá nas cidades de Amambai e Aral Moreira, em mato Grosso do Sul, que investiga uma organização criminosa suspeita de atuar em esquema de fraudes na confecção de registro de nascimento indígenas. Requisito ainda, remessa de documento ou protocolo de seu envio para o Ministério Público Federal, e de informações, se disponíveis, do seu trâmite no âmbito Parquet federal e posteriores desdobramentos, se é que houve.

Os documentos ora solicitados deverão ser disponibilizados **em arquivos pesquisáveis e por meio magnético**, o que viabiliza a leitura e o acesso às informações em atendimento a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso a Informação).

JUSTIFICAÇÃO

O Inquérito Policial em pauta tem conteúdo relevante para os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito conforme pode ser verificado no teor da reportagem anexa, razão pela qual se justifica o presente requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2016.

24/11/2015 13h43 - Atualizado em 24/11/2015 13h48

PF prende em MS grupo que fraudava certidão de nascimento de indígenas

QUADRILHA RECEBIA BENEFÍCIOS DE INDÍGENAS FANTASMAS DESDE 2012, DIZ PF.

EX-CAPITÃO DE ALDEIA FOI PRESO EM ARAL MOREIRA, ALÉM DE OUTRAS TRÊS PESSOAS.

Gabriela PavãoDo G1 MS



Quadrilha recebia benefícios de 'indígenas fantasmas' desde 2012, diz PF. (Foto: Divulgação/ PF)

Uma organização criminosa, suspeita de atuar em esquema de fraudes na confecção de registros e certidões de nascimento de indígenas, foi presa pela Polícia Federal nesta terça-feira (24), em Mato Grosso do Sul. A operação Coiote Kaiowá foi deflagrada nas cidades de Amambai e Aral Moreira, e cumpriu quatro mandados de prisão preventiva, além de três mandados de busca e apreensão, expedidos pela Justiça Federal.

A investigação apurou que a quadrilha atuava desde 2012, produzindo registros de nascimento ideologicamente falsos com objetivo de conseguir aposentadorias rurais para indígenas paraguaios e 'indígenas fantasmas', segundo a PF. O benefício é pago pelo INSS somente a indígenas brasileiros porque são considerados segurados especiais, por trabalharem, geralmente, em atividades rurais ou extrativista artesã.

Os investigados se apropriavam do valor do benefício, de acordo com a investigação. Entre os presos, estão um indígena, ex-capitão da Aldeia Guassuty, em Aral Moreira, e um casal proprietário de uma financeira especializada em crédito consignado. A ação da delegacia da PF em Ponta Porã teve apoio da Assessoria de Pesquisa Estratégica do Ministério da Previdência Social e do Ministério Público Federal (MPF).

A organização lucrava recebendo as aposentadorias desses indígenas inexistentes e potencializava o ganho mediante contratação de empréstimos consignados fraudulentos. Os documentos falsos eram usados pelos investigados para falsificar RG e certidões de atividade rural da Fundação Nacional do Índio (Funai).

A polícia estima prejuízos em torno de R\$ 4 milhões ao INSS, mas, o valor pode ser maior porque, durante a operação, a PF apreendeu grande quantidade de certidões de registro civil e identidades civis, que ainda serão analisadas na investigação. Cartões de benefícios e formulários de empréstimos consignados também foram recolhidos, segundo o Ministério da Previdência Social.

Segundo a PF, a operação foi batizada como 'Coiote Kaiowá' em referência aos atravessadores de imigrantes na fronteira do México com os Estados Unidos, conhecidos como 'coyotes'. No caso investigado, a quadrilha atuava como atravessadora de indígenas paraguaios facilitando a entrada deles no Brasil.

<http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2015/11/pf-prende-em-ms-grupo-que-fraudava-certidao-de-nascimento-de-indigenas.html>